



“Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo?

“In practice the theory is other” or is it the trap of capitalism to separate?

Jane Cruz PRATES¹
Gissele CARRARO²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo explicitar a compreensão da indissociabilidade teoria e prática na obra marxiana, no sentido de demonstrar que a relação de oposição/contradição ou de hegemonia de um desses termos em detrimento de outro – comumente afirmada no seio do Serviço Social – é uma falácia. Buscamos identificar e refletir sobre os aspectos que conduzem a falsas interpretações e aparente ideia de separação entre teoria e prática e as possibilidades de superação, indicando a necessidade de apropriação do materialismo histórico e dialético e de suas principais categorias constitutivas para tal apreensão. Concluímos que a teoria e a prática, embora possuam características diferenciadas, constituem aspectos inseparáveis e devem ser consideradas em sua unidade indissolúvel, como totalidade, num movimento dialético.

Palavras-chave: Teoria e prática. Materialismo histórico e dialético. Serviço Social.

Abstract: This article aims to clarify the understanding of the inseparability of theory and practice in the work marxian, in order to demonstrate that the relationship of opposition/contradiction or hegemony of one of those terms at the expense of another –commonly asserted within the Social Work – it is a fallacy. We seek to identify and reflect on the aspects that lead to false interpretations and apparent idea of separation between theory and practice and the possibilities of overcoming, indicating the need for appropriation of historical materialism and dialectical and its main constituent categories for this concern. We conclude that the theory and practice, although they have different characteristics, they are inseparable aspects and should be considered in its indissoluble unity, as whole, in a dialectical movement.

Keywords: Theory and practice. Historical and dialectical materialism. Social Work.

Submetido em: 31/3/2017. Aceito em: 15/5/2017.

¹ Assistente social. Doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Av. Ipiranga, nº 6681, Partenon, Porto Alegre (RS), CEP.: 90619-900. E-mail: <jprates@pucrs.br>.

² Assistente social. Doutora em Serviço Social. Bolsista PNPd/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Av. Ipiranga, nº 6681, Partenon, Porto Alegre (RS), CEP.: 90619-900. E-mail: <gissele.carraro@pucrs.br>.

Introdução

O tema *Restauração Conservadora e Novas Resistências* traz desafios, limites e possibilidades para o Serviço Social, enquanto profissão e área de conhecimento, no contexto de crise estrutural do capital e mudanças que caracterizam os anos recentes e afetam a vida material e subjetiva de todo ser humano, o que nos exige refletir criticamente sobre as determinações e particularidades que conformam os processos sociais em curso na sociedade brasileira.

Vivemos tempos bichudos, de golpe a nossa frágil democracia, de desmonte das políticas públicas, tempos de PEC da morte que congela nosso futuro, tempos de criminalização dos movimentos sociais, mas também tempos de manifestações e greves que mostram o descontentamento de grande parte da sociedade com essas medidas autoritárias que penalizam a classe trabalhadora e privilegiam unicamente os interesses do capital, tempos de ocupações das escolas pela juventude, tempos de acirramento da luta de classes.

É preciso reconhecer os avanços da trajetória histórica do Serviço Social, em seus 80 anos de existência no Brasil, rupturas, acúmulos e superações e que isso se deve a nossa organização, a nossas lutas, ao movimento de reconceituação e às pesquisas e produções, em especial a nossa Pós-Graduação e ao protagonismo de alguns autores, que, com suas obras, foram verdadeiros divisores de águas para avançarmos no modo de conceber essa profissão e a reconhecer como trabalho.

E se hoje melhor explicamos as expressões da questão social, nosso objeto de trabalho, superando a aparência, embora dela partamos, é porque nos valem de uma cadeia de mediações constituída a partir de referenciais teórico-metodológicos que contemplam a totalidade da realidade social, na sua dinâmica e estrutura, pautados em valores ético-políticos, que têm suas bases na garantia de direitos, no reconhecimento da diversidade, na perspectiva humano-genérica e em processos sociais emancipatórios. Esses avanços, contudo, se deparam com alguns desafios que ainda precisam ser superados pela área e um deles é, sem dúvida, uma capilarização mais substantiva dos avanços simbólicos logrados pela categoria com o conjunto dos trabalhadores que materializam cotidianamente essa profissão, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, em âmbitos (locais, estaduais, federais) e níveis (gestão, planejamento, execução terminal de políticas, ensino, etc.) também diversos.

Nessa direção, nos limites desse artigo, pretendemos debater a frequente dicotomização ou a separação entre teoria e prática. Na verdade, esperamos evidenciar exatamente o contrário, a sua necessária interconexão, por uma questão de coerência interna com a teoria e o método que fundamenta essa profissão no tempo presente. E aqui nos referimos aos fundamentos nos quais a profissão passa a referenciar-se, a partir da intenção de ruptura que começa a gestar-se no Movimento de Reconceituação. Esses fundamentos estão na base das diretrizes curriculares que orientam a formação e o trabalho profissional do/a Assistente Social, fruto de amplo debate, realizado nos anos 1990, a partir de mais de 200 oficinas, em todo o território nacional, envolvendo trabalhadores e estudantes, capitaneados pela **Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social**/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (ABESS/CEDEPSS), hoje denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Para uma profissão que se alimenta das contribuições marxianas e marxistas, para realizar a leitura e intervenção na realidade, ou seja, no legado desse paradigma, como conjunto de teorias e no método dialético-materialista e histórico, a unidade dialética entre objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade, aparência e essência, teoria e prática são princípios fundamentais, porque são indissociáveis e se complementam numa relação necessária na realidade concreta, de onde parte Marx. Diferente de Hegel, que partia da ideia, do conceito, Marx e Engels, na Ideologia Alemã, dizem parte-se dos “[...] homens de carne e osso; [...] dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real [...], de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Ou seja, da realidade concreta, por isso materialista.

E ainda, nos Grundrisse, ressalta o autor “[...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011, p. 78). Nessa direção, os conceitos estruturam-se a partir da produção da vida material dos indivíduos em sociedade, logo, são pontos de partida para a compreensão do real.

AS CARACTERÍSTICAS QUE CONFORMAM A REALIDADE CONCRETA

Essa materialidade, essa concretude da qual falamos, é histórica, em parte dada e em parte construída pelos homens, não nas condições que desejam, afirma Marx em suas obras, mas naquelas que encontram, ou seja, essa materialidade é necessária e contingente, mas é sobretudo processual, é movimento, está em curso de construção, de vir a ser. Aqui nos referimos tanto a sujeitos como a processos sociais como pobreza, participação, ou a instituições, políticas, profissões, sociedades.

Reconhecer a historicidade é reconhecer o movimento e a provisoriedade dos fenômenos. Somos dinâmicos, estamos em movimento de constituição e somos finitos. A historicidade do real, uma categoria central da dialética, emana do próprio real, é dele apreendida (prática) e abstraída (teoria) para constituir o que chamamos de concreto pensado, no movimento, e a ele retornar para servir de bússola para que o sujeito que busca conhecer/intervir desvende como se processam esses movimentos. Desvendar esse movimento significa identificar as transformações, os novos movimentos que surgem e também analisar os processos e relações constitutivas dos sujeitos e fenômenos sociais, ainda para ter elementos que possam ser ferramentas para neles intervir.

As categorias dialéticas, portanto, são analítico-interventivas, são da ordem do real e do pensamento, são, portanto, teórico-práticas. Reconstituímos histórias de segmentos sociais, índios, negros, mulheres, juventudes, reconstituímos histórias de sujeitos, de famílias, de políticas, de sociedades, de contextos, de territórios para conhecer esses espaços, grupos, processos e alternativas, como parte de nosso processo interventivo. Não podemos intervir naquilo que desconhecemos. A atitude investigativa é, portanto, uma competência necessária, um requisito essencial para a superação do pragmatismo. Logo, a pesquisa é parte fundamental do nosso instrumental. É ela que propicia analisar, interpretar e explicar os fenômenos e processos sociais, de modo a aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações – em seus processos de constituição e de transformação, plenos de

contradições e mediações – para fundamentar a intervenção, atribuindo-lhe significado, conferindo-lhe finalidades e uma direção social.

Ao reconhecermos a processualidade dos fenômenos, não mais podemos enxergá-los como estados petrificados, mas como algo em curso, em constituição, não são isolados; há, pois, uma conexão entre tudo o que se manifesta na realidade social. Essa materialidade histórica da qual falamos, por sua vez, é fruto de múltiplos condicionantes, políticos, sociais, culturais, econômicos, de possibilidades e de interdições, logo para apreender essa materialidade histórica, em movimento, é preciso capturá-la por múltiplos ângulos que, articulados, alteram o seu sentido, ampliam os significados que podem ser atribuídos a esse conjunto interconectado de condicionantes. O desvendamento de novas conexões aporta novos sentidos.

Estamos falando da totalidade, que é também histórica e que, além da interconexão entre esses diversos aspectos, articula elementos amplos, universais, como a crise do capitalismo, a reestruturação produtiva, o investimento ou os cortes no investimento da seguridade social no Brasil, os níveis de desemprego e elementos particulares, como as condições materiais de uma comunidade ou município, as condições de vida de determinado segmento social nessa região, o impacto do desemprego na vida do seu João, as estratégias de sobrevivência utilizadas por determinados grupos, as redes locais, as resistências locais e o significado que essas condições têm para esses sujeitos. Portanto, unidade entre áreas diversas, entre aspectos universais e particulares e entre teoria e prática conformam a totalidade. Essa última, embora já esteja presente desde o início dessa exposição, porque tudo sobre o que estamos falando é teórico e prático, terá um tratamento mais pormenorizado logo adiante, pois é o tema central de nosso debate.

Todos esses elementos, contudo, precisam ser mediados, interconectados, para não constituírem partes sobrepostas, de modo que retratem, como expõe Marx, a vida da realidade, que é unidade de diversidades. Para que essa unidade possa ser efetivamente explicada, é necessário o desocultamento dessas interconexões.

Destacamos então as mediações, essas instâncias de passagem que associam, articulam, relacionam, desdobram, mas também complicam as antíteses. As mediações são fundamentais para que a totalidade seja mais do que uma junção de partes isoladas, para que seja apreendida como interconexão em movimento, para que o conhecimento possa desdobrá-la e tornar a juntá-la, para que seja possível ir do todo para a parte e retornar da parte para todo, realizando movimentos dedutivos e indutivos.

Segundo Pontes (1995), a mediação tem papel fundamental no plano metodológico devido a sua dupla natureza, ontológica e reflexiva. As mediações ontológicas são aquelas que já estão constituídas como uma cadeia, nossos conhecimentos, experiências, as linguagens, o desenvolvimento dos sentidos e de habilidades; e as reflexivas, aquelas que construímos na relação, articulando elementos, efetivando exemplos, identificando articulações, contradições, realizando processos de análise e interpretação, fazendo sínteses e prospecções. Destaca ainda Martinelli (1993, p. 137) que como categoria “[...] reflexiva e ontológica [...]” sua construção (histórica) [...] se consolida com base em operações intelectuais e valorativas,

apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilitado fundamen)talmente pela intervenção da consciência”.

Podemos, portanto, constituir totalizações provisórias, mas sempre serão provisórias; novas mediações trarão outros elementos e com eles novos sentidos e será necessário sempre uma nova totalização. As análises territoriais, os diagnósticos que realizamos para projetar um conjunto de ações que visam transformar determinado aspecto da realidade, delimitado como objeto de intervenção, são absolutamente provisórios, porque o real está em movimento, nós estamos em movimento, nossa apreensão do real está em movimento. Nossa necessidade de capacitação é, portanto, permanente, porque novas mediações, novas produções, novas experiências, pesquisas, estudos, descobertas exigirão novas apreensões, muitas vezes a aquisição de novas competências, a ampliação de nossas cadeias de mediações teórico-práticas.

Mas retornemos à materialidade, ou ao concreto que até aqui vimos ser histórico, parte e resultado de uma totalidade, que é capturada pelo sujeito que conhece e intervém através de mediações. O seu movimento de transformação é dado pela existência do seu oposto, da sua negação inclusiva e pela necessidade constante de superação para que o movimento siga seu curso. Estamos falando de contradição, da vida e da morte, do conhecido e do desconhecido, do motor do movimento, que gera processos de superação sistemáticos como a mudança de estados físicos. A água, por exemplo, ora pode ser líquida, ora sólida, ora gasosa, mas exposta a determinadas temperaturas, muda de estado, contudo, há um ponto de saturação, um momento onde se verifica essa mudança, o salto qualitativo, a partir de um acúmulo temporal de quantidades. A água só ferve se aquecida a 100 graus centígrados e, ao atingir essa temperatura, muda repentinamente, como num salto, do estado líquido para o gasoso.

Vejam bem, viver é consumir a vida; ao vivermos, mais nos aproximamos da morte, a negação da vida, mas é preciso se ter a possibilidade de morrer para estar vivo. Durante o primeiro ano de vida é o período em que, contraditoriamente, o processo de envelhecimento ocorre de modo mais veloz, mas em princípio a vida está só começando (LEFEBVRE, 1991). As células do corpo morrem sistematicamente e são substituídas por outras ao longo da vida, produzimos pele, cabelos, sangue, ossos, hormônios, mas com o envelhecimento paramos ou reduzimos a sua produção.

A criança em crescimento tenta andar, cai, levanta, tenta novamente, até que, a partir de uma quantidade temporal acumulada, dá um salto qualitativo e começa a andar, superando o não andar pela locomoção. Do mesmo modo ocorre a apreensão da linguagem, assim como o processo de alfabetização. Todos esses processos de humanização expressam a contradição dialética, como a água que muda de estado aos 100 graus, uma negação que inclui o oposto e que guarda, na síntese, momentos da tese e da antítese, para dar início a outra tese e novamente reiniciar o processo. Após andar, a criança vai aprender a ter mais equilíbrio, depois a correr, a subir e descer, mas esse desenvolvimento não é linear, depende de condicionantes, de estímulos, de saúde, enfim, de condições necessárias e contingentes.

A contradição é destruidora e ao mesmo tempo inaugura o novo; é insuportável, porque é tensionada pelo conflito, na medida em que os opostos estão em disputa; quando se acirra, torna-se insuportável e por isso instiga a superação. Por essa razão identificar os momentos

em que ela se acirra é de fundamental importância, para muitas vezes estimular o que Marx chama, em suas obras, de pequenas convulsões revolucionárias, ou pequenas rupturas, que podem ter impactos significativos para sujeitos ou grupos, mesmo que não instalem revoluções mais amplas.

A linguagem, a sensibilidade para a música e até mesmo para o amor, a solidariedade de classe e a percepção humana do sofrimento alheio, refere Marx (1844/2009), nos Manuscritos econômico-filosóficos ou Manuscritos de Paris, são todos processos de humanização, resultado de contradições, o inumano precisa ser negado para que o humano, de início a ele subsumido, floresça, afirma Lefebvre (1991). E os sentidos, assim como a razão, precisam ser educados, o olho que não aprende a ver não enxerga, diz Marx, nas obras *A ideologia alemã* (1846) e nos Manuscritos de Paris (1844), respectivamente.

A contradição, ou a luta dos contrários, está na base da luta de classes, conceito-chave para a teoria Marxiana; a história da humanidade, é a história da luta de classes, afirma Marx e Engels (1998) no Manifesto do Partido Comunista. E a contradição também está na base da constituição da questão social, cujas expressões são objeto e matéria-prima do trabalho do Assistente Social. A contradição entre capital e trabalho, entre todo o poder de dominação do capital, que a tudo mercantiliza e o trabalho como toda a expressão humana, ou ainda, o conjunto de desigualdades, fruto da apropriação privada da riqueza no modo de produção capitalista, tem como contraponto as resistências empreendidas pelos sujeitos para enfrentá-la. Mas as contradições são históricas, precisam ser mediadas, desocultadas à luz da totalidade. Vejam como as categorias se interpenetram.

Nos desafiamos a realizar essas mediações no cotidiano do trabalho profissional, orientados por uma direção social, que nos é dada pelo projeto ético-político, e que, mais do que intenções, precisa materializar-se nas nossas ações concretas. Mas somos premidos por contextos contraditórios, limitados pela condição de assalariamento, e essas condições concretas, onde se realizam nossas inserções em processos de trabalho, com suas particularidades, mas também com elementos comuns universais, precisam ser mediadas por nós, com colegas no nosso local de trabalho, na rede, com chefias, com usuários de nossos serviços e para tanto dispomos de um instrumental de trabalho.

Fazem parte desse instrumental as teorias que mobilizamos, o conhecimento da instituição, de recursos, da rede, das políticas, o arsenal de técnicas que utilizamos para mediar as teorias e construir mediações reflexivas durante o nosso trabalho. Portanto, quanto mais ampla nossa cadeia de mediações, apropriações teóricas, experiências acumuladas, conhecimentos sobre recursos, dados de realidade, contexto, etc.; e quanto maior nossa capacidade de interconectá-los, mais condições teremos de efetivar mediações substantivas, que superem demandas aparentes, reelaborando-as a partir de sucessivas aproximações e que gerem produtos de qualidade, planos, projetos, relatórios, laudos, diagnósticos, avaliações, artigos, perícias, entre outros.

É parte importante do instrumental, equipamentos como telefone, computador, carro para a realização de visitas, planos, projetos já elaborados, livros que possam ser consultados, salas para a realização de atendimentos, enfim, tudo o que o trabalhador coloca entre si e o trabalho para favorecer a sua consecução, diz Marx (2008) na obra *O capital*. Refere, ainda, o

autor que embora esses instrumentos não façam parte do trabalho em si, como força, energia física e mental, que emana do trabalhador, sua ausência pode inviabilizar total ou parcialmente o trabalho. Quem trabalha em condições precárias sabe muito bem do que estamos falando.

Observem que tratamos até aqui, o tempo todo, de trabalho profissional e não de prática; qual seria a diferença?

Iamamoto (2007), ao esclarecer sobre a inexistência de um processo de trabalho do/a Assistente Social, argumenta não só sobre essa questão, mas também sobre a diferença da concepção de prática e trabalho a ela interligada. Expõe a autora:

[...] existem diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve a atividade do assistente social, contra o mito de um único processo de trabalho do assistente social. Quando se admite o processo de trabalho do assistente social opera-se uma simples mudança terminológica de 'prática' para 'trabalho' [...], sem que se altere o universo de sua construção teórica abstrata (IAMAMOTO, 2007, p. 429).

Desse modo, o trabalho do/a Assistente Social materializa-se a partir de sua inserção em diferenciados processos de trabalho de instituições (públicas e privadas), enquanto trabalhador/a assalariado/a, inscrito/a em equipes multiprofissionais. E complementa Iamamoto (2007):

Em outros termos, reitera-se o viés liberal de pensar a prática como atividade do indivíduo isolado, forjando o 'encaixe' dos elementos constitutivos desse trabalho concreto em um 'modelo universal' para a análise de todo e qualquer processo de trabalho – como se ele fosse suspenso da história e das relações sociais que o constituem (IAMAMOTO, 2007, p. 430-431).

Marx, na Ideologia Alemã (MARX; ENGELS, 2007), particularmente nas teses sobre Feuerbach, acentua a centralidade da prática para o materialismo dialético e histórico, das onze (11) teses em sete³ (07) ressalta a relevância da prática, mas não de qualquer prática, mas

³ Quais sejam: (1) O principal defeito de todo o materialismo existente até agora [...] é que o objeto [...], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [...] ou da contemplação; mas não como *atividade humana sensível, como prática*, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado ativo, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [...] efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento; mas ele não apreende a própria *atividade humana como atividade objetiva* [...]. Razão pela qual ele enxerga, na Essência do cristianismo, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a *prática* é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica-suja. Ele não entende, por isso, o significado da *atividade revolucionária*, *prático-crítica*. (2) A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [...] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. Na *prática* tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior [...] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da *prática* é uma questão puramente escolástica. (3) A doutrina materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação, de que homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Por isso, ela necessariamente chega ao ponto de dividir a sociedade em duas partes, a primeira das quais está colocada acima da sociedade [...]. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a *atividade humana* só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática* revolucionária. (4) Feuerbach parte do fato da autoalienação [...] religiosa, da duplicação do mundo num mundo religioso, imaginado, e um mundo real [...]. Seu trabalho

uma prática iluminada pela teoria, ou seja, uma prática com clareza de finalidade ou uma *práxis* - palavra grega que significa ação em busca de uma determinada finalidade, que tem uma intencionalidade. É teoria em movimento, é transformação de conhecimentos em ação, com objetivos determinados, através de mediações (MARTINELLI, 1993).

Mas se parece, então, tão óbvia a necessária articulação entre teoria e prática, porque se verifica esse processo de dicotomização? Porque com frequência se escuta a expressão “na prática a teoria é outra”?

Porque, desde o início de sua constituição, a sociedade burguesa separa o campo da cidade, os que planejam dos que executam, os que pensam dos que fazem, divide o trabalho, hierarquiza profissões, desvaloriza os processos de execução, separa o trabalhador do produto de seu trabalho, o alienando do conjunto do processo de trabalho, inclusive em relação ao conjunto dos produtores, os demais trabalhadores, pois, ao invés de cooperarem entre si, competem. Marx, em suas obras, destaca que estes são os alicerces da propriedade privada.

Divisão do trabalho e propriedade privada são elementos de uma mesma unidade, o primeiro relacionado ao processo e a última ao produto. A alienação, o egoísmo individualista, a fragmentação são características do trabalho abstrato, ou do trabalho na sociedade burguesa, separar a teoria da prática é parte desse processo, porque assim a prática se limita a simples reprodução do que interessa ao capital, pois lhe é retirado seu potencial revolucionário. Martinelli (2009), referindo-se à importância do planejamento e de termos uma direção clara, afirma que quando não se sabe para onde se vai, não se chega a lugar nenhum.

Muitas vezes somos capturados por essas lógicas fragmentadoras e reprodutoras, porque a cultura capitalista tem essa função ideológica, de separar quando lhe interessa e de unir de modo alienado quando lhe convém, para ampliar seus lucros e domínios; tem a função de naturalizar suas lógicas para que as introjetemos como nossas de modo a reproduzir o já produzido, conservando suas premissas e nós não estamos imunes a elas.

Somos bombardeados por estruturas que reiteram essa lógica, que deslocam os fatos dos contextos que os condicionam, somos engolidos por processos que se restringem a procedimentalismos no âmbito das políticas sociais, em condições de superexploração do trabalho. Na formação, muitas vezes, restringimos o exercício da relação teórico-prática aos processos de estágio e supervisão, quando deveriam ser transversais em todas as disciplinas e

consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano. Ele ignora que, após a realização desse trabalho, o principal resta ainda por fazer. Sobretudo o fato de que o fundamento mundano se destaca de si mesmo e constrói para si um reino autônomo nas nuvens é, precisamente, algo que só pode ser esclarecido a partir do autoesfacelamento e do contradizer-a-si-mesmo desse fundamento mundano. Ele mesmo tem, portanto, de ser primeiramente entendido em sua contradição e, em seguida, por meio da eliminação da contradição, ser revolucionado na *prática*. Assim, por exemplo, depois que a terrena família é revelada como o mistério da sagrada família, é a primeira que tem, então, de ser criticada na *teoria e revolucionada na prática*. (5) Feuerbach, não satisfeito com o pensamento abstrato, apela à contemplação sensível; mas ele não apreende o sensível [...] como *atividade prática, humano-sensível*. (8) *A vida social é essencialmente prática*. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na *prática humana* e na compreensão dessa *prática*. (9) O ponto mais alto a que leva o materialismo contemplativo, isto é, o materialismo que não concebe o sensível como *atividade prática*, é a contemplação dos indivíduos singulares na ‘sociedade burguesa’” (MARX; ENGELS, 2007, p. 537-539, grifos nossos).

demais ações pedagógicas, mediações que deveriam ser de responsabilidade de todos os professores, em que pese a prioridade especial nos primeiros espaços mencionados. O ensino também é premido pelo aligeiramento, a precarização e a tecnificação.

Por essa razão nossa formação básica e continuada, nossa organização profissional e aquilo que defendemos, enfatiza sistematicamente a necessidade de estarmos sempre vigilantes, de fazermos a autocrítica para não sucumbirmos ao instituído, ao fatalismo ou à cultura do lamento, mas também não assumirmos posturas ingênuas e messiânicas. A dicotomização da teoria e da prática tendem a fortalecer processos dessa ordem. Portanto, é fundamental nos fortalecermos no coletivo, que exige de nós uma formação permanente e tomadas de posição conjuntas e mais substantivas. No momento atual, esses riscos se agudizam ainda mais, diante do crescimento dos processos de alienação que acompanham o sobretabalho e do avanço do conservadorismo, que mostra uma face repressora e limitadora da expressão da diversidade humana e que demanda um trabalhador meramente operativo.

O atual governo brasileiro anuncia amplo processo de privatização e redução de direitos. Significa que teremos aumento das desigualdades, da pobreza, do desemprego, da violência, de busca pelas políticas sociais, com menos recursos para estas políticas; e nós, que nelas trabalhamos, seremos chamados a fazer o controle da pobreza, a selecionar os mais pobres dentre os pobres, com trabalhos ainda mais precários, terceirizados, desregulamentados – serão seguramente tempos muitos difíceis para todos os trabalhadores. Soma-se a isso uma tendência à constituição de um estado penal ampliado, de movimentos sociais criminalizados, como já destacamos anteriormente, da repressão à livre expressão do pensamento, em especial do pensamento crítico (PRATES, 2016). Isso exige de nós profissionais mais densidade crítica, consistência argumentativa e capacidade investigativa.

CONCLUSÃO: À GUIA DE UMA BREVE TOTALIZAÇÃO PROVISÓRIA

Este é um momento onde se agudizam sensivelmente, no plano internacional e notadamente no Brasil, as expressões da questão social, ampliando-se as desigualdades e a precarização das condições de trabalho, exigindo, mais do que nunca, que nosso trabalho seja iluminado pela teoria crítica, pela apreensão de um método radical, ou seja, que vá à raiz das desigualdades. Só um método radical que não se separa da teoria tem substância política e efetividade para subsidiar estratégias de enfrentamento, que supere os condicionamentos ao tecnicismo reducionista por um trabalho compromissado que exige a sistemática articulação da teoria com a prática, a iluminação da última pela primeira, pois a prática se torna cega ou caolha, para usar uma feliz expressão do educador Cury (1986), se não se fundamenta na teoria e a teoria apenas contemplativa, ao não se materializar, perde totalmente o sentido, especialmente para o Serviço Social que se caracteriza por ser uma profissão interventiva.

Nosso trabalho profissional precisa contemplar elementos que instiguem a organização, a participação e a politização, processos sociais complexos que exigem mediações substantivas; precisa retomar as articulações de base, nas comunidades, nas organizações da sociedade civil, nos sindicatos aos quais nos filiamos como trabalhadores, na aliança com outras categorias de trabalhadores, nos conselhos setoriais e de direitos, nos fóruns, nas instâncias de organização da categoria, no conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), na Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e

na ABEPSS, fortalecendo a nossa organização coletiva, para que tenhamos forças para fazer frente a tudo isso e lutar contra a redução de direitos, lutar pela garantia de um ensino de qualidade e por condições de trabalho dignas.

No momento atual o Serviço Social é mais do que nunca uma profissão fundamental, porque tem essa capacidade de mediação, essa competência de articular múltiplas dimensões e áreas, porque trabalha na formulação, no planejamento e na gestão das políticas sociais, mas também na sua execução terminal, igualmente importante, porque o trabalho direto com povo é essencial para instigar processos sociais emancipatórios e desocultar os processos sociais subalternizadores que assolam a sociedade (PRATES, 2016).

Temos ainda muitas barreiras a vencer, apesar do acúmulo e das vitórias que conquistamos nesses 80 anos de Serviço Social no Brasil, que, sem dúvida, merecem ser enaltecidos por nós, além das adversidades impostas pelo atual governo, que não são poucas, ressaltamos questões históricas entre as quais o preconceito com a nossa particularidade de gênero, majoritariamente feminino, numa sociedade que desvaloriza a mulher, preconceito com nossa característica interventiva, numa sociedade que separa a análise da ação e secundariza a intervenção, o que é agravado pelo fato da maior concentração de postos de trabalho se direcionarem para o atendimento direto de populações que sofrem desigualdades, subalternizadas, pobres, discriminadas, que têm seus direitos violados, numa sociedade classista, machista, conservadora, patrimonialista, que valoriza a aparência, a renda, a propriedade, o *status*. Como bem destacou Marx, na obra *Os Grundrisse* (1857):

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções suas respectivas relações. [...]. *É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta* (MARX, 2011, p. 86, grifos nossos).

Em outros termos, o modo de produção estabelece relações e condiciona todas as demais produções, relações e formas de expressão, econômicas, sociais, culturais, políticas. No que diz respeito à ciência, estabelece os conhecimentos que são relevantes e os que são secundários, prioriza investimentos para esta ou aquela área considerada prioritária, estabelece valores hierarquizados para áreas e profissões, determina relações, valores e prioridades e mais, cria as condições para conformar sujeitos que reproduzam seus valores como se fossem naturais: O éter que a tudo afeta, para usar a brilhante figura de linguagem expressa por Marx.

Apesar de tudo isso, conseguimos ser uma profissão regularizada pelo Estado, de nível superior, uma realidade que não é igual nos países da América latina e em diversos países do mundo, conseguimos o reconhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como área de conhecimento, ainda que tardiamente, conseguimos um desenvolvimento de uma Pós-Graduação sólida e reconhecida internacionalmente, que alimenta simbolicamente a área com sua produção (PRATES, 2016).

Crescemos na adversidade, durante a ditadura militar, iniciamos o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo, durante o avanço neoliberal dos anos 1990, aprovamos o

novo Código de Ética do/a Assistente Social (Resolução CFESS 273/1993), a nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996, revisadas em 1999) fundamentada na tradição marxista. Não vamos esmorecer agora, diante das adversidades do tempo presente.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro, 1991.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização sobre o tema. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 43, p. 136-141, 1993.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995

PRATES, Jane Cruz. Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de Crise. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 01-08, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/21388>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

PRATES, Jane Cruz. As ameaças do tempo presente aos direitos conquistados: uma morte anunciada. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 225-233, ago. /dez. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/26234/15288>>. Acesso em: 29 mar. 2017.